



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

Ata N. 1040699

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO (PRONAME) – 10 DE DEZEMBRO DE 2020**

Às dez horas do dia dez de dezembro de dois mil e vinte, reuniu-se o Comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) por meio de videoconferência utilizando a plataforma do Cisco Webex Meetings em virtude da pandemia do Covid-19. Na ocasião estiveram presentes: Walter Godoy dos Santos Júnior, Juiz Auxiliar da Presidência (CNJ); Rodrigo Capez, Juiz Auxiliar da Presidência (CNJ); Carla Fabiane Abreu Aranha, servidora pública (COPF/CNJ); Julianne Mello Oliveira Soares, servidora pública (COIN/CNJ); Pâmela Tieme Barbosa Aoyama, servidora pública (COIN/CNJ); Pedro Vinícius Ferreira Sipriano, servidor público (COIN/CNJ); Rodrigo Franco de Assunção Ramos, servidor público (SEARD/CNJ); Anita Job Lübbe, Juíza do Trabalho (TRT4); Carlos Alexandre Böttcher, Juiz de Direito (TJSP); Edilson Enedino das Chagas, Juiz de Direito (TJDFT); Ana Paula Alencar em substituição ao Alexandre Reis Siqueira Freire, servidora pública (STF); Antônio Caboclinho de Mesquita, servidor público (CJF); Júlio Cesar de Andrade, servidor público (STJ); Luciane Baratto Adolfo, servidora pública (TJRS); Maria Rosa Torres Susana, servidora pública (TJRJ); Rafael Luiz Melo de Almeida em substituição a Maria Juvani Lima Borges, servidor público (STM); Reginaldo Pereira de Matos, servidor público (TST). Verificada a presença da maioria absoluta dos membros do Comitê do Proname, o juiz auxiliar da Presidência e Coordenador do Comitê do Proname, Walter Godoy dos Santos Júnior, cumprimentou os presentes e deu os parabéns a todos pela recondução considerando um gesto de reconhecimento do ministro Luiz Fux pelo trabalho realizado durante a gestão do ministro Dias Toffoli. Parabenizou também a todos que se empenharam na elaboração do Manual de Gestão Documental e no Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário durante os três meses da gestão do ministro Luiz Fux para que fossem aprovados. Em seguida, o coordenador Walter Godoy deixou agendada a próxima reunião para o dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte às dez horas para tratar de temas que não conseguiram tratar na respectiva reunião e possíveis temas sugeridos pelos integrantes do Proname. Solicitou que fosse registrado em ata as ausências justificadas do desembargador, Artur Marques da Silva Filho (TJSP), e da presidente do Conselho Nacional de Arquivos, Neide Alves Dias De Sordi (CONARQ). Feita a introdução da reunião, o coordenador passou para o primeiro item da pauta que era a aprovação dos Manuais de Gestão Documental do Poder Judiciário e de Gestão de Memória do Poder Judiciário. Solicitou que a aprovação fosse feita por aclamação e os manuais foram aprovados por todos os presentes. O segundo item da pauta era decorrente do primeiro item e tratava sobre proposta de elaboração de cartilhas informativas baseadas nos Manuais de Gestão Documental do Poder Judiciário e de Gestão da Memória do Poder Judiciário. O coordenador sugeriu que as cartilhas informativas fossem elaboradas pelos subcomitês que trataram da elaboração dos manuais e também a criação de pequenos vídeos explicativos e tutoriais para auxiliarem os usuários com dúvidas, questões que possam surgir ou destacar trechos mais importantes dos manuais. O juiz de direito, Carlos Alexandre Böttcher, sugeriu a criação de cartilhas com no máximo vinte páginas com uma linguagem visual mais atrativa e que remeta aos manuais para maior aprofundamento. Para isso, ele sugeriu que houvesse a necessidade de um suporte técnico da

área de Tecnologia da informação do CNJ para dar apoio à criação das cartilhas. A juíza do trabalho, Anita Job Lübbe, complementou e sugeriu separar por subcomitês a demanda das cartilhas com intuito de dar agilidade ao trabalho e colocar prazos para as entregas, pois assim cada membro pode se organizar na entrega dos produtos. Em seguida, o coordenador mostrou um vídeo e uma cartilha que podem servir como modelo para a criação das cartilhas e sugeriu enviar os manuais para a Secretaria de Comunicação Social (SCS) do CNJ. Também criar comissões nos subcomitês para trabalharem em conjunto e estipular um prazo para que a SCS possa enviar o trabalho para aprovação da comissão. O item foi aprovado pelos representantes. O terceiro item da pauta tratava das sugestões de indicação de novos integrantes para comporem o Comitê do Proname, conforme estipulado pela Resolução CNJ nº 324 de 30 de junho de 2020, artigo 9º, nos seguintes incisos: X – dois representantes dos Tribunais Regionais Federais; XI – dois representantes dos Tribunais Regionais do Trabalho. A proposta do coordenador foi encaminhar um ofício ao presidente do CNJ, ministro Luiz Fuz, pois ele que faz a indicação dos representantes para que esses indicados venham fazer parte do Comitê do Proname. O item foi aprovado. O quarto item da pauta era uma proposta de inclusão de membro(s) do Comitê do Proname no Comitê Gestor das Tabelas Processuais. O coordenador destacou que quem cuida do Comitê Gestor das Tabelas Processuais é uma juíza, dra. Ana Aguiar, e propôs consultá-la para indicar um membro do Comitê do Proname. A sugestão do membro participante foi a Maria Rosa Torres Susana. O item foi aprovado. O quinto item da pauta era a proposta de inclusão de membro(s) do Comitê do Proname no Programa do CNJ Justiça 100% Digital. Em virtude de ausência justificada da representante Neide Alves Dias De Sordi, pois ela enviou um e-mail para o Comitê do Proname onde o Arquivo Nacional foi consultado e a Direção-Geral manifestou o interesse do Conselho Nacional de Arquivos em apoiar o Programa Justiça 4.0 - 100% Digital, especialmente o Eixo de sustentação 1 e Eixo informacional 2, uma vez que envolvem a gestão documental e a preservação digital das informações produzidas pelo Poder Judiciário brasileiro. Dessa forma, como representante do Conarq no Comitê do Proname, sugeriu-se a participação do Comitê nas discussões do Programa Justiça 4.0, a fim de reunir e somar esforços em prol dos objetivos convergentes dos dois Programas. O item ficou para a próxima reunião. O sexto item da pauta era a atualização da composição dos subcomitês. Os subcomitês ficaram com a seguinte composição: I - Subcomitê de Instrumentos de Gestão Documental, Coordenador: Marcos Henrique Caldeira Brant, Membros: Edilson Enedino das Chagas (coordenador suplente), Luciane Baratto Adolfo, Maria Rosa Torres Susana e Pâmela Tieme Barbosa Aoyama; II - Subcomitê de Preservação Digital, Coordenador: Artur Marques da Silva Filho, Membros: Júlio Cesar de Andrade, Luciane Baratto Adolfo, Neide Alves Dias De Sordi, e Yan Amaral Engelke; III - Subcomitê de Memória, Coordenador: Rodrigo Capez, Membros: Alexandre Siqueira Freire, Anita Job Lübbe, Carlos Alexandre Böttcher, Maria Juvani Lima Borges, e Reginaldo Pereira de Matos; IV - Subcomitê de Capacitação, Coordenador: Carlos Alexandre Böttcher, Membros: Anita Job Lübbe, Antônio Caboclinho de Mesquita, Luciane Baratto Adolfo, e Pâmela Tieme Barbosa Aoyama. O coordenador solicitou que registrasse em ata que a Pâmela Tieme Barbosa Aoyama entrará em contato com os representantes ausentes para confirmar se gostariam de permanecer nos subcomitês. O sétimo item da pauta era a atualização do Regimento Interno do Proname. A sugestão do coordenador é a criação de uma minuta para adequação do art. 12 e do art. 15 da Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020 do CNJ para aprovação pelo Comitê. O juiz auxiliar da Presidência (CNJ), Rodrigo Capez, sugeriu replicar o texto do art. 9º da Resolução nº 324/2020 no item que trata da composição. O item foi aprovado nesses termos. O oitavo item da pauta tratou da deliberação sobre o Encontro Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário. A sugestão do coordenador é a criação de um encontro em Brasília com possibilidade de ser realizado no Supremo Tribunal Federal. Sugeriu também a criação de uma comissão com representantes de cada subcomitê e com a presença do Alexandre Reis Siqueira Freire, Secretário de Documentação – STF para tratar a respeito do encontro. A juíza do trabalho, Anita Job Lübbe, destacou a importância de o encontro ser realizado em ambiente virtual por conta da pandemia da Covid-19 e ressaltou que, por razões óbvias, deveria ser realizado também no STF. Sugeriu que criassem pequenos núcleos dos tribunais superiores no encontro com o objetivo de endossar o Dia da Memória do Poder Judiciário. Deliberou-se que será virtual e acontecerá no dia quatorze de maio de dois mil e vinte e um em um formato que durará o dia inteiro, utilizando os turnos matutino e vespertino. A comissão contará também com pelo menos um representante dos tribunais superiores e o juiz de direito, Carlos Alexandre Böttcher, elaborará uma proposta do encontro com os consensos da reunião e indicará os representantes que comporão a comissão do encontro. Será enviado um convite para o comparecimento presencial aos membros do Comitê do Proname, aos presidentes dos tribunais superiores e ao presidente do STF, o ministro Luiz Fux. O coordenador pediu para que a Ana Paula Alencar consultasse o Alexandre Reis Siqueira Freire para saber se o formato proposto e a disponibilidade da data marcada para o encontro são possíveis de acontecerem no STF. O nono item da pauta tratou sobre a atualização do Curso a

distância (EAD) de Gestão Documental do CEAJUD. Deliberou-se que o novo curso tenha foco na Gestão Documental e na Gestão da Memória do Poder Judiciário, com o apoio de todos os subcomitês e o coordenador ressaltou a importância do CEAJUD encaminhar os materiais do antigo curso para o coordenador do Subcomitê de Capacitação, Carlos Alexandre Böttcher, para ele possa realizar uma comparação dos conteúdos. O coordenador destacou que será inaugurada a biblioteca digital do CNJ e que todos os cursos promovidos pelo CNJ ficarão disponíveis em uma aba específica. O décimo item da pauta tratou da apresentação da proposta de atualização da página do Proname no Portal do CNJ, para aprovação do Comitê. O coordenador sugeriu entrar em contato com a SCS para definir o padrão visual, pois existe um comitê que cuida do site do CNJ. O juiz de direito, Carlos Alexandre Böttcher, destacou que a proposta já havia sido aprovada pelo antigo Secretário-Geral e coordenador do comitê que cuida do site do CNJ, o juiz auxiliar Carlos Vieira Von Adamek, e que faltava apenas uma formalização por parte do Comitê do Proname para atualização da página no site do CNJ. O coordenador pediu para que o dr. Carlos Alexandre Böttcher traga para próxima reunião a proposta final atualizada para que seja aprovada pelo Comitê do Proname. Encerrada a pauta, o coordenador abriu espaço para que os representantes sugerissem temas para a próxima reunião além daquele do item cinco da pauta. O dr. Carlos Alexandre Böttcher sugeriu tratar da Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos – TTDA, pois ela consta no site do Proname, mas não foi aprovada pelo CNJ e isso causa dúvidas aos usuários. A senhora Maria Rosa Torres Susana destacou que a TTDA passou por todas as fases para aprovação, inclusive a consulta pública, porém faltou ser submetida ao plenário. Outro tema sugerido para a próxima reunião foram as pendências de atas passadas, no qual o dr. Rodrigo Capez destacou. Salientou também a importância das funcionalidades dos sistemas de processo digital, pois há uma necessidade de inserir a gestão documental neles, uma vez que ainda não atendem completamente ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus). O dr. Carlos Alexandre Böttcher também frisou a necessidade de atualização do Moreq-Jus, já que os tribunais encontram muitas dificuldades de implementação de todos os itens obrigatórios. O dr. Rodrigo Capez sugeriu a participação de algum representante do Proname que esteja mais próximo com a área de Tecnologia da Informação. O coordenador destacou que juiz auxiliar da Presidência (CNJ), Alexandre Libonati de Abreu, coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), que integra o Comitê do Proname e reforçou que seja feito o convite a ele para a próxima reunião. Por fim, a dra. Anita Job Lübbe sugeriu um relatório para apresentação sobre o Diagnóstico dos Arquivos do Poder Judiciário. Ela incumbiu-se de elaborar o relatório. Com base no diagnóstico, o coordenador sugeriu a criação de um prêmio ou selo para que possa ser dado aos tribunais que se destacarem com relação à área de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário. O coordenador agradeceu a todos e a reunião encerrou-se às onze horas e quarenta e cinco minutos.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER GODOY DOS SANTOS JUNIOR, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, em 25/02/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1040699** e o código CRC **1261B629**.